



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

RAFAEL RODRIGUES LOPES

**APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ANÁLISE DE OCORRÊNCIAS
POLICIAIS: Estudo de caso da plataforma Paladium na Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana
(ROTAM)**

GOIÂNIA – GO

2026



RAFAEL RODRIGUES LOPES

**APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ANÁLISE DE OCORRÊNCIAS
POLICIAIS: Estudo de caso da plataforma Paladium na Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana
(ROTAM)**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP, sob a orientação do Prof. Me. Patrick Barros Barbosa.

GOIÂNIA – GO

2026

**APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ANÁLISE DE OCORRÊNCIAS
POLICIAIS: Estudo de caso da plataforma Paladium na Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana
(ROTAM)**

**APPLICATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE ANALYSIS OF POLICE
INCIDENTS: a case study of the Paladium platform in the Metropolitan Tactical Ostensive
Patrols (ROTAM)**

Rafael Rodrigues Lopes¹

Patrick Barros Barbosa²

Resumo: O presente estudo analisou a aplicação da Inteligência Artificial na análise de ocorrências policiais da Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), com foco na utilização da plataforma Paladium como ferramenta de apoio à atividade operacional e ao processo decisório. A pesquisa parte do problema relacionado à efetividade do uso de sistemas inteligentes no policiamento ostensivo especializado, considerando os impactos sobre a produtividade operacional, a antecipação criminal e a gestão estratégica das ações policiais. O objetivo consiste em avaliar de que forma a integração de tecnologias baseadas em análise de dados contribui para o aumento da eficiência operacional da unidade, sem afastar os princípios da legalidade, da governança institucional e da supervisão humana. O estudo adota abordagem quantiquantitativa, com natureza aplicada e método hipotético-dedutivo. A metodologia contempla revisão bibliográfica e documental, análise de relatórios técnicos, levantamento de indicadores operacionais da ROTAM e exame das diretrizes normativas relacionadas ao uso da Inteligência Artificial na segurança pública. Os resultados demonstram que a plataforma Paladium amplia a capacidade de cruzamento de dados, otimiza o direcionamento tático das equipes e fortalece a produção de inteligência policial. Conclui-se que o uso estruturado da Inteligência Artificial potencializa a eficiência operacional da ROTAM e contribui para ações preventivas e repressivas mais precisas, desde que exista controle institucional, rastreabilidade e observância dos direitos fundamentais.

¹ Graduado em Direito pela Faculdade Salgado de Oliveira (2015), Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2010), MBA em Inteligência Estratégica e Competitiva na Segurança Pública (2011), Curso de Formação de Oficiais da PMGO (2017); Curso Operacional de Rotam da PMGO (2019).

² Doutorando em Administração pela University of Saint Joseph (USJ), Mestrado em Governança, Tecnologia e Inovação pela Universidade Católica de Brasília - UCB; MBA - Master of Business Administration em Gerenciamento de Projeto pela FGV - Fundação Getúlio Vargas; Pós-graduação em Gestão Pública pela Faculdade Salgado de Oliveira - RJ; Pós-graduação, nível especialização, Segurança Pública pela Faculdade Projeção (2013); Pós-graduação, nível especialização, Direito Militar pela UNEB - União Educacional de Brasília (2007); Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Michelangelo (2006).

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Segurança Pública; Policiamento Preditivo; Inteligência Policial; Gestão Estratégica.

Abstract: The present study analyzes the application of Artificial Intelligence in the analysis of police incidents conducted by the Metropolitan Tactical Ostensive Patrols (ROTAM), with a focus on the use of the Paladium platform as a support tool for operational activities and decision-making processes. The research is based on the issue related to the effectiveness of using intelligent systems in specialized ostensive policing, considering the impacts on operational productivity, crime anticipation, and the strategic management of police actions. The objective is to evaluate how the integration of data analysis-based technologies contributes to increasing the operational efficiency of the unit, without disregarding the principles of legality, institutional governance, and human supervision. The study adopts a quantitative-qualitative approach, with an applied nature and a hypothetical-deductive method. The methodology includes a bibliographic and documentary review, analysis of technical reports, survey of ROTAM operational indicators, and examination of regulatory guidelines related to the use of Artificial Intelligence in public security. The results demonstrate that the Paladium platform enhances data cross-referencing capabilities, optimizes the tactical deployment of teams, and strengthens the production of police intelligence. It is concluded that the structured use of Artificial Intelligence enhances ROTAM's operational efficiency and contributes to more precise preventive and repressive actions, provided that institutional control, traceability, and compliance with fundamental rights are ensured.

Keywords: Artificial Intelligence; Public Security; Predictive Policing; Police Intelligence; Strategic Management.

1. INTRODUÇÃO

A transformação digital das instituições de segurança pública intensificou a utilização de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) como instrumento de apoio à atividade policial, especialmente em ações voltadas à análise de dados, antecipação criminal e produção de conhecimento estratégico.

Nesse cenário, o policiamento orientado por dados passou a ocupar posição relevante nas políticas contemporâneas de segurança pública, sobretudo pela capacidade de processamento de grandes volumes de informações e pela identificação de padrões comportamentais relacionados à criminalidade. Brayne (2017) observa que a adoção de ferramentas de *big data* nas polícias altera práticas tradicionais de vigilância, pois quantifica avaliações de risco, amplia alertas automáticos e integra bases de dados antes separadas.

Nesse contexto, o presente estudo investiga o seguinte problema de pesquisa: de que forma a integração da plataforma Paladium às atividades operacionais do Batalhão de Polícia Militar de

Rondas Ostensivas táticas Metropolitana (ROTAM) contribui para o aumento da eficiência policial, considerando os impactos sobre a produtividade operacional, a antecipação criminal e a gestão estratégica das ações da unidade?

A relevância da investigação justifica-se pela crescente adoção de sistemas inteligentes no policiamento ostensivo especializado e pela necessidade de avaliar empiricamente seus resultados, seus limites institucionais e sua conformidade com os princípios da legalidade e da supervisão humana.

De acordo com Perry *et al.* (2013), o policiamento preditivo tem por objetivo antecipar a ocorrência de crimes — identificando prováveis locais, momentos e autores —, funcionando não como substituto da atividade policial, mas como instrumento de apoio à decisão operacional.

Nessa mesma linha, Pearsall (2010, p. 16) define a prática como a coleta e análise de dados provenientes de diversas fontes com vistas a antecipar, prevenir e aprimorar a resposta a crimes futuros. Trata-se, em síntese, de uma abordagem orientada por dados que subsidia a prevenção criminal, a distribuição estratégica do efetivo e o planejamento de ações repressivas mais qualificadas.

No contexto brasileiro, o avanço da Inteligência Artificial na segurança pública passou a receber maior atenção institucional e normativa. A Portaria MJSP nº 961/2025 estabelece diretrizes para o uso de soluções de tecnologia da informação aplicadas às atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública, com observância do respeito aos direitos fundamentais, à proteção de dados pessoais, ao devido processo legal, à proporcionalidade e à confiabilidade dos sistemas informacionais.

No âmbito estadual, a Lei Complementar nº 205/2025 instituiu a Política Estadual de Fomento à Inovação em Inteligência Artificial no Estado de Goiás, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento tecnológico, proteger direitos fundamentais relativos à IA e promover usos seguros e benéficos dessa tecnologia nas competências do poder público estadual (GOIÁS, 2025). A legislação estadual dispõe expressamente que:

Fica instituída a Política Estadual de Estímulo ao Desenvolvimento da Inovação em Inteligência Artificial no Estado de Goiás, para impulsionar o desenvolvimento tecnológico sustentável, a competitividade, a pesquisa, a capacitação técnica e o uso de soluções da inteligência artificial; proteger direitos fundamentais relativos à IA; promover usos seguros e benéficos da IA nas competências do poder público estadual; e consolidar o Estado de Goiás como polo estratégico de inovação no Brasil (GOIÁS, 2025, p. 2).

Paralelamente ao avanço tecnológico, o debate acadêmico problematiza os limites éticos e jurídicos do uso da Inteligência Artificial na atividade policial. Alves (2023) destaca que sistemas de IA aplicados ao policiamento podem gerar riscos de opacidade, discriminação e impactos sobre garantias processuais, como o devido processo, a presunção de inocência e o contraditório.

Brayne (2017) também aponta que o uso de *big data* pode ampliar práticas de vigilância e aprofundar desigualdades sociais quando os dados utilizados refletem padrões históricos de seletividade.

No âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, o Batalhão de ROTAM consolidou-se como unidade especializada em patrulhamento tático. A doutrina institucional do BPMROTAM ressalta a importância da unidade na preservação da ordem pública e destaca a necessidade de padronização das ações policiais, atualização técnica e melhoria da gestão operacional. A Portaria nº 18.471/2024, que aprova o Regimento Interno e a Doutrina do BPMROTAM, registra:

Considerando a importância institucional do BPMROTAM na atividade de polícia ostensiva e na preservação da ordem pública no Estado de Goiás; considerando a necessidade de se manter o BPMROTAM como uma tropa especializada e preparada doutrinariamente dentro dos princípios basilares de constitucionalidade e legalidade.

Nesse contexto, a plataforma Paladium passou a integrar as atividades de inteligência e apoio operacional da ROTAM. Conforme o Relatório Técnico nº 02/ROTAM20/2026, da Agência Local de Inteligência da ROTAM, o sistema atua como ferramenta estratégica no apoio às atividades operacionais e de inteligência policial militar, permitindo o cruzamento de dados, a análise de padrões comportamentais e a identificação de vínculos entre pessoas, veículos, locais e ocorrências.

O documento também informa que a plataforma emprega recursos avançados de IA capazes de processar grandes volumes de informações em tempo reduzido, filtrar dados relevantes e gerar alertas estratégicos, contribuindo para a antecipação de ações criminosas e o aumento da efetividade das ações preventivas e repressivas.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em avaliar de que forma a integração da plataforma Paladium às atividades do BPMROTAM contribuiu para o aumento da eficiência operacional da unidade, considerando os impactos sobre a produtividade policial, a antecipação criminal e a gestão estratégica das ações policiais, sem afastar os princípios da legalidade, da governança institucional e da supervisão humana.

São objetivos específicos: (a) descrever as funcionalidades e o modelo de acesso à plataforma Paladium, identificando sua origem, os bancos de dados integrados e os perfis de usuários autorizados no âmbito do BPMROTAM; (b) analisar os indicadores operacionais de produtividade da ROTAM entre 2023 e 2025, mensurando os impactos da plataforma na eficiência operacional por meio do Relatório de Ações Integradas (RAI) e da variável de perda de efetivo; (c) examinar o marco normativo aplicável ao uso da IA na segurança pública, com destaque para a Lei Complementar nº 205/2025, a Portaria MJSP nº 961/2025 e a LGPD; (d) relacionar o uso estruturado da plataforma Paladium aos resultados operacionais obtidos pela unidade; e (e) propor a ampliação do uso da plataforma como instrumento de gestão operacional e inteligência policial no âmbito do BPMROTAM.

A pesquisa adota abordagem qualiquantitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório, fundamentada no método hipotético-dedutivo. O levantamento de dados baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, complementada por pesquisa de campo realizada mediante questionário estruturado aplicado a 176 policiais militares do BPMROTAM com acesso à plataforma Paladium, no período de 15 a 30 de maio de 2026. A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), associada à análise estatística descritiva dos indicadores operacionais de produtividade.

O presente artigo estrutura-se em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta a revisão da literatura acerca do policiamento preditivo, da inteligência policial e do uso da Inteligência Artificial na segurança pública, com ênfase em experiências nacionais e internacionais. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção apresenta e discute os resultados operacionais obtidos pelo BPMROTAM nos anos de 2024 e 2025, relacionando-os ao uso da plataforma Paladium. Por fim, a quinta seção expõe as considerações finais, com a proposta de expansão do uso da ferramenta e recomendações para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No campo da segurança pública, o avanço da Inteligência Artificial (IA) e das tecnologias de análise preditiva intensificou o debate sobre a utilização de sistemas automatizados na atividade

policial, especialmente no contexto do policiamento orientado por dados, da inteligência policial e da governança tecnológica.

Segundo Telles (2021), a polícia preditiva corresponde a um modelo de segurança pública baseado na utilização de sistemas de Inteligência Artificial voltados à prevenção criminal e à identificação de padrões relacionados à dinâmica delitiva. A autora ressalta que o policiamento preditivo busca empregar softwares capazes de antecipar ocorrências criminosas por meio da análise estatística de dados históricos, geográficos e comportamentais.

Nesse contexto, Perry *et al.* (2013) afirmam que o policiamento preditivo representa uma evolução das estratégias tradicionais de policiamento orientadas pela análise criminal e pela inteligência policial. Os autores destacam que a previsão criminal não se limita à identificação de locais de incidência delitiva, mas também envolve indivíduos, grupos e padrões comportamentais associados ao crime.

A literatura internacional aponta que a utilização de análise de dados no policiamento possui potencial para ampliar a eficiência operacional das instituições de segurança pública. Mohler *et al.* (2015) demonstraram, em testes experimentais realizados nos Estados Unidos e no Reino Unido, que sistemas preditivos baseados em algoritmos matemáticos apresentaram melhores resultados na identificação de áreas de risco criminal quando comparados às análises convencionais realizadas exclusivamente por analistas humanos. De acordo com Mohler *et al.* (2015):

Nossos resultados demonstram que os modelos ETAS preveem entre 1,4 e 2,2 vezes mais crimes quando comparados à análise realizada por um analista criminal especializado utilizando práticas tradicionais de inteligência criminal e mapeamento de pontos críticos (*hotspots*). As patrulhas policiais orientadas pelas previsões do modelo ETAS resultaram em uma redução média de 7,4% no volume de crimes em função do tempo de patrulhamento (Mohler *et al.*, 2015, p. 151).

A análise de inteligência policial também passou a ocupar posição estratégica nas modernas estruturas de segurança pública. Gül e Kule (2017) afirmam que o modelo denominado *Intelligence-Led Policing* fundamenta-se na utilização de análise criminal e estatística como elemento central do processo decisório policial. Os autores defendem que o emprego de unidades especializadas de análise criminal contribui para decisões operacionais mais precisas e orientadas por evidências. Conforme descrevem Gül e Kule (2017):

Trata-se de um modelo de gestão e de uma filosofia administrativa em que a análise de dados assume papel fundamental no processo de tomada de decisão, tanto na atuação preventiva quanto na atuação reativa diante do crime e dos criminosos (Gül e Kule, 2017, p. 3).

A expansão do policiamento orientado por dados também está relacionada ao crescimento das tecnologias de vigilância e ao uso de *big data* nas instituições policiais. Brayne (2017) observa que a adoção de sistemas automatizados modifica práticas tradicionais de monitoramento e amplia significativamente a capacidade estatal de vigilância. Segundo Brayne (2017):

A adoção da análise de *big data* possibilita a ampliação das práticas anteriores de vigilância e promove transformações fundamentais nas atividades de monitoramento. Primeiramente, avaliações discricionárias de risco passam a ser complementadas e quantificadas por meio de pontuações de risco. Em segundo lugar, os dados passam a ser utilizados com finalidade preditiva, e não apenas reativa ou explicativa (Brayne, 2017, p.978).

Apesar das vantagens operacionais atribuídas à Inteligência Artificial aplicada ao policiamento, parte da literatura aponta preocupações relacionadas aos riscos éticos, jurídicos e processuais decorrentes do uso dessas tecnologias. Alves (2023) sustenta que sistemas de IA podem reproduzir vieses discriminatórios e gerar desafios ao devido processo legal, especialmente em razão da opacidade algorítmica e da dificuldade de auditabilidade dos critérios utilizados pelos sistemas automatizados.

Nesse sentido, Alves (2023, p. 107) afirma que os “inevitáveis riscos associados à utilização de sistemas de IA, como a opacidade e a discriminação, poderão implicar desafios processuais para os princípios da imediação e processo justo”. Perussi *et al.* (2024) também alertam que o uso de Inteligência Artificial na segurança pública exige cautela, pois os sistemas automatizados podem transmitir falsa percepção de neutralidade e objetividade, embora sejam condicionados pelos dados utilizados em sua programação.

A produção acadêmica demonstra, portanto, que o policiamento preditivo possui potencial para ampliar a eficiência operacional das instituições policiais, mas exige mecanismos de controle institucional, transparência e supervisão humana para evitar violações de direitos fundamentais.

2.1. Inteligência artificial e policiamento preditivo

A Inteligência Artificial aplicada à segurança pública compreende o uso de sistemas computacionais capazes de processar grandes volumes de dados, identificar padrões, gerar inferências e apoiar processos decisórios relacionados à prevenção e repressão criminal. No contexto policial, essas tecnologias passaram a ser utilizadas em reconhecimento facial, cruzamento de dados, análise de vínculos, monitoramento territorial e policiamento preditivo.

Pearsall (2010) define o policiamento preditivo como a utilização de dados provenientes de diferentes fontes para antecipar e prevenir crimes futuros. Segundo o autor, essa metodologia busca aumentar a eficiência operacional das forças policiais mediante análise estatística e identificação de tendências criminais. Como destaca Pearsall (2010):

“O policiamento preditivo, em essência, consiste em coletar dados de fontes diversas, analisá-los e, em seguida, utilizar os resultados para antecipar, prevenir e responder de forma mais eficaz aos crimes futuros.” (Pearsall, 2010, p. 3).

A *Rand Corporation* enfatiza que o policiamento preditivo não se confunde com modelos fictícios de vigilância absoluta, mas representa uma ferramenta de apoio à tomada de decisão baseada em evidências empíricas e análise de dados criminais. Perry *et al.* (2013) explicam que o objetivo central dessas tecnologias consiste em melhorar a capacidade preventiva das instituições policiais.

No Brasil, o avanço da Inteligência Artificial aplicada à segurança pública passou a receber maior atenção normativa e institucional. A Portaria MJSP nº 961/2025 estabeleceu diretrizes para utilização de soluções tecnológicas nas atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública, reforçando princípios relacionados à legalidade, proteção de dados pessoais, proporcionalidade e respeito aos direitos fundamentais (BRASIL, 2025). A norma dispõe que:

“A utilização de ferramentas tecnológicas e soluções de Inteligência Artificial nas atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública deverá observar os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, transparência, proteção de dados pessoais e supervisão humana.” (BRASIL, 2025, p. 3).

No âmbito estadual, Goiás instituiu a Política Estadual de Fomento à Inovação em Inteligência Artificial por meio da Lei Complementar nº 205/2025, que estabelece fundamentos ligados à proteção de direitos humanos, transparência, desenvolvimento tecnológico e uso seguro da IA no setor público, tendo como diretriz central a pessoa humana e os benefícios para o incremento social e econômico do Estado. Tais diretrizes evidenciam que o avanço tecnológico na segurança pública deve ocorrer em consonância com parâmetros éticos, jurídicos e democráticos, sobretudo diante do crescimento das ferramentas automatizadas de vigilância e análise criminal (GOIÁS, 2025, p. 4).

2.2 Inteligência policial e a Plataforma Paladium na ROTAM

A inteligência policial ocupa posição estratégica no planejamento e na execução das ações de segurança pública, especialmente em unidades especializadas de policiamento ostensivo tático. No âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, a ROTAM consolidou-se como unidade voltada ao enfrentamento da criminalidade violenta e ao suporte operacional em ocorrências de alta complexidade.

A Doutrina do BPMROTAM destaca a necessidade de modernização técnica, atualização profissional e padronização operacional das ações policiais, com ênfase no aprimoramento dos recursos tecnológicos empregados pela unidade.

Segundo a Portaria nº 18.471/2024:

Considerando a necessidade de atualização da técnica profissional, visando à padronização das ações policiais desencadeadas pelo BPMROTAM, objetivando a aplicabilidade técnica dos equipamentos, meios e armamentos disponíveis ao BPMROTAM (PMGO, 2024, p. 1).

Nesse contexto, a plataforma Paladium passou a integrar as atividades de inteligência e apoio operacional da unidade. O Relatório Técnico nº 02/ROTAM20/2026 informa que o sistema atua no cruzamento de dados, identificação de vínculos entre pessoas, veículos e ocorrências, além da geração de alertas estratégicos relacionados à antecipação criminal.

2.3 Casos nacionais e internacionais de utilização da Inteligência Artificial na atividade policial

A utilização de Inteligência Artificial (IA), análise preditiva e sistemas orientados por dados passou a integrar as estratégias contemporâneas de segurança pública em diversas instituições policiais nacionais e internacionais. Essas tecnologias buscam ampliar a capacidade de prevenção criminal, otimizar a alocação de recursos operacionais e fortalecer a produção de inteligência policial.

No Brasil, destacam-se iniciativas voltadas ao policiamento orientado por dados e ao uso de sistemas inteligentes de monitoramento. A Polícia Militar do Estado de São Paulo implementou o programa Detecta, desenvolvido em parceria com a Microsoft, com a finalidade de integrar bancos de dados, câmeras de monitoramento, leitura automatizada de placas veiculares e geração de alertas em tempo real. O sistema permite o cruzamento automatizado de informações relacionadas a veículos suspeitos, indivíduos procurados e ocorrências criminais, fortalecendo a atividade de inteligência policial (SÃO PAULO, 2020).

No mesmo sentido, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia passou a utilizar sistemas de reconhecimento facial integrados aos centros de comando e controle do estado. Conforme dados institucionais da SSP-BA, a ferramenta contribuiu para a captura de foragidos da justiça durante grandes eventos e atividades de monitoramento urbano, por meio da identificação automatizada de indivíduos em locais públicos (BAHIA, 2024).

Em Santa Catarina, a Polícia Militar utiliza plataformas de georreferenciamento criminal e análise estatística para identificação de áreas com maior incidência delitiva, permitindo direcionamento estratégico do policiamento ostensivo e otimização do emprego operacional (PMSC, 2023). Já no Estado de Goiás, a Polícia Civil emprega ferramentas de mineração de dados e análise de vínculos em investigações relacionadas ao crime organizado, lavagem de dinheiro e organizações criminosas complexas (GOIÁS, 2025).

No cenário internacional, o uso da Inteligência Artificial na segurança pública apresenta experiências ainda mais avançadas. O *Los Angeles Police Department* (LAPD), nos Estados Unidos, destacou-se como uma das primeiras agências policiais a utilizar sistemas de policiamento preditivo em larga escala, por meio do software *PredPol*. O sistema empregava algoritmos matemáticos para identificar áreas com maior probabilidade de ocorrência criminal, permitindo patrulhamento orientado por análise estatística e previsão criminal (Perry *et al.*, 2013).

Também nos Estados Unidos, o *New York Police Department* (NYPD) desenvolveu o *Domain Awareness System* em parceria com a Microsoft, integrando câmeras de monitoramento, leitura automática de placas, sensores urbanos e bancos de dados policiais. O sistema utiliza análise algorítmica e processamento massivo de informações para geração de alertas estratégicos em tempo real (Ferguson, 2017).

No Reino Unido, a Polícia Metropolitana de Londres passou a utilizar sistemas de reconhecimento facial em tempo real (*Live Facial Recognition*) em grandes eventos e áreas urbanas de elevado fluxo populacional. O modelo busca identificar indivíduos procurados pela justiça e ampliar a capacidade preventiva das forças policiais, embora também tenha intensificado debates relacionados à privacidade, proporcionalidade e proteção de direitos fundamentais (Brayne, 2017).

Outro caso relevante refere-se ao Departamento de Polícia de Chicago, que implementou a denominada *Strategic Subject List*, ferramenta baseada em análise preditiva voltada à identificação de indivíduos com maior probabilidade de envolvimento em crimes violentos. O sistema utilizava

variáveis estatísticas e análise de vínculos para apoiar decisões estratégicas relacionadas à prevenção criminal (Sandhu, 2017).

Por fim, a experiência chinesa representa um dos modelos mais abrangentes de utilização da Inteligência Artificial aplicada à segurança pública. A China emprega sistemas integrados de reconhecimento facial, monitoramento urbano em larga escala, análise comportamental automatizada e vigilância em tempo real. Embora o modelo apresente elevada capacidade operacional, diversos estudos apontam preocupações relacionadas à vigilância massiva, controle social e limitação de garantias fundamentais (Wilson, 2019).

Essas experiências demonstram que a integração entre Inteligência Artificial, *big data*, análise criminal e inteligência policial constitui tendência consolidada nas políticas contemporâneas de segurança pública. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de governança tecnológica, transparência algorítmica, supervisão humana e observância dos direitos fundamentais no uso de sistemas automatizados aplicados à atividade policial.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou abordagem quali quantitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório, fundamentada no método hipotético-dedutivo, conforme os pressupostos teóricos de Gil (2019) e Lakatos e Marconi (2003). A dimensão qualitativa permitiu interpretar os impactos operacionais, estratégicos e institucionais decorrentes da utilização da Inteligência Artificial na segurança pública, ao passo que a dimensão quantitativa possibilitou examinar indicadores estatísticos relacionados à produtividade policial e aos reflexos operacionais da plataforma Paladium nas atividades do Batalhão de Polícia Militar de Rotam (BPMROTAM). O caráter exploratório favoreceu a compreensão das transformações promovidas pela Inteligência Artificial nos processos de análise criminal, inteligência policial e policiamento preditivo.

O objetivo geral consistiu em avaliar de que forma a integração da plataforma Paladium às atividades do BPMROTAM contribuiu para o aumento da eficiência operacional da unidade, considerando seus impactos sobre a produtividade policial, a antecipação criminal e a gestão estratégica das ações policiais, sem afastar os princípios da legalidade, da governança institucional e da supervisão humana.

Constituíram objetivos específicos da pesquisa: (a) descrever as funcionalidades e o modelo de acesso à plataforma Paladium, identificando sua origem, os bancos de dados integrados e os perfis de usuários autorizados no âmbito do BPMROTAM; (b) analisar os indicadores operacionais de produtividade da ROTAM entre 2023 e 2025, mensurando os impactos da plataforma na eficiência operacional por meio do Relatório de Ações Integradas (RAI) e da variável de perda de efetivo; (c) examinar o marco normativo aplicável ao uso da Inteligência Artificial na segurança pública, com destaque para a Lei Complementar nº 205/2025, a Portaria MJSP nº 961/2025 e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), identificando os princípios de governança, legalidade e supervisão humana; (d) relacionar o uso estruturado da plataforma Paladium aos resultados operacionais obtidos pela unidade, avaliando sua contribuição para a antecipação criminal e o direcionamento tático das equipes policiais; e (e) propor a ampliação do uso da plataforma como instrumento de gestão operacional e inteligência policial no âmbito do BPMROTAM, com fundamento nos resultados alcançados e nas diretrizes normativas vigentes.

O levantamento de dados baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo livros, artigos científicos, legislações, doutrinas institucionais, relatórios técnicos e documentos oficiais relacionados à Inteligência Artificial, ao policiamento preditivo, à inteligência policial e à gestão estratégica da segurança pública.

Entre as principais referências destacaram-se o estudo *Predictive Policing: The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations*, da Rand Corporation, a Lei Complementar nº 205/2025 do Estado de Goiás e a Portaria MJSP nº 961/2025. Também foram analisados documentos institucionais da Polícia Militar do Estado de Goiás, especialmente a Doutrina Operacional do BPMROTAM e relatórios técnicos elaborados pela Agência Local de Inteligência da ROTAM acerca da utilização da plataforma Paladium no suporte às operações policiais e à produção de conhecimento estratégico.

No âmbito documental, examinaram-se relatórios operacionais, indicadores de produtividade e registros institucionais relativos às atividades desempenhadas pelo BPMROTAM no período de 2023 a 2025, contemplando dados sobre prisões, apreensões de armas de fogo, recuperação de veículos, captura de foragidos da justiça e apreensão de entorpecentes. Essa etapa permitiu verificar a relação entre o emprego de ferramentas de Inteligência Artificial e os resultados operacionais da unidade, além de evidenciar aplicações práticas do cruzamento automatizado de dados, da análise preditiva e do direcionamento tático das equipes policiais.

Complementarmente, realizou-se pesquisa de campo mediante a aplicação de questionário estruturado na plataforma Google Forms, dirigido aos policiais militares do BPMROTAM com acesso operacional à plataforma Paladium. A coleta ocorreu entre 15 e 30 de maio de 2026, abrangendo um universo de 225 policiais, dos quais 176 responderam ao instrumento, correspondendo a uma taxa de participação de aproximadamente 78,2%.

O questionário buscou identificar a percepção dos usuários acerca da eficiência operacional da ferramenta, sua aplicabilidade nas atividades de inteligência policial, sua contribuição para o direcionamento tático das equipes e os impactos decorrentes do uso da Inteligência Artificial nas operações policiais. Os dados obtidos revelaram elevado índice de aceitação: 94% dos participantes aprovaram a utilização da plataforma como instrumento de apoio à atividade policial e à gestão estratégica das operações.

No que concerne ao contexto institucional e tecnológico, a plataforma Paladium foi desenvolvida por startup privada especializada em soluções de Inteligência Artificial aplicadas à segurança pública e ao monitoramento urbano, fundada por David Peixoto e originalmente operante sob a marca Paladium, posteriormente denominada Pax.

A solução integra mecanismos de cruzamento automatizado de dados, análise preditiva e apoio à tomada de decisão operacional em atividades de inteligência policial. No âmbito do BPMROTAM, a implementação e o aperfeiçoamento da plataforma ocorreram de forma colaborativa entre a equipe técnica da empresa desenvolvedora e os operadores policiais da unidade, por meio de reuniões periódicas destinadas a promover ajustes operacionais, aperfeiçoar funcionalidades, otimizar parâmetros de análise e adequar a ferramenta às necessidades específicas das operações conduzidas pelo batalhão.

A interpretação dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), associada à análise estatística descritiva dos indicadores quantitativos de produtividade operacional. Os resultados foram examinados à luz do referencial teórico adotado, relacionando os dados empíricos aos fundamentos do policiamento preditivo e aos princípios de governança, legalidade, transparência, proporcionalidade e supervisão humana aplicáveis ao uso da Inteligência Artificial na segurança pública.

Por tratar-se de pesquisa que envolveu exclusivamente documentos públicos e institucionais e a aplicação de questionário anônimo a servidores em exercício, sem coleta de dados pessoais sensíveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Ainda assim, observaram-se os princípios éticos relativos ao sigilo institucional, à proteção de dados e à utilização responsável das informações operacionais, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A metodologia adotada buscou assegurar rigor científico, coerência analítica e consistência acadêmica, contribuindo para a produção de conhecimento acerca da aplicação da Inteligência Artificial na segurança pública e na gestão estratégica das atividades policiais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

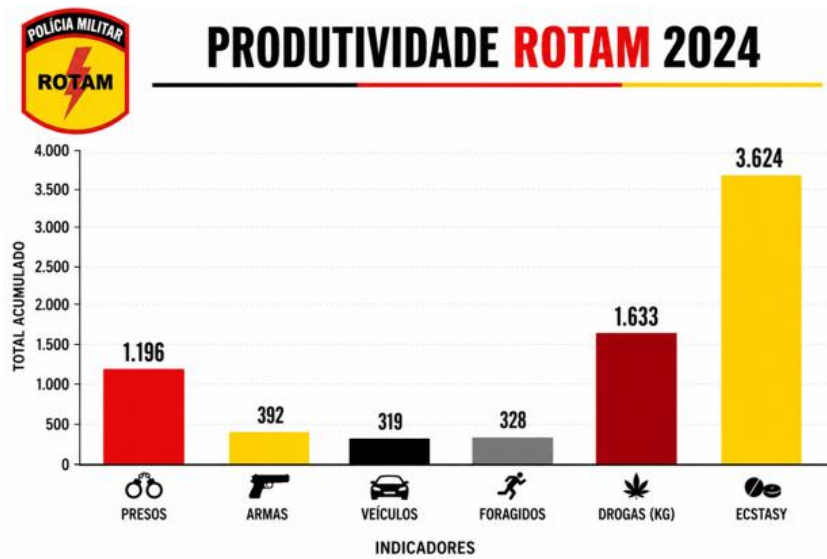
O gráfico 1 apresenta seis indicadores operacionais: presos, armas apreendidas, veículos recuperados, foragidos recapturados, drogas apreendidas em quilogramas e ecstasy em unidades. O maior volume aparece no indicador ecstasy, com 3.624 unidades, seguido por drogas, com 1.633 kg, e presos, com 1.196 registros. Armas apreendidas somam 392, veículos recuperados alcançam 319 e foragidos recapturados chegam a 328. Esses números indicam atuação expressiva em três frentes: repressão qualificada ao tráfico de drogas, retirada de armas de circulação e resposta direta contra pessoas com restrição judicial ou envolvimento em ocorrências relevantes.

A leitura do gráfico revela uma produtividade distribuída entre repressão a crimes patrimoniais, enfrentamento ao tráfico e cumprimento de mandados ou localização de foragidos. O indicador de presos, por sua dimensão, demonstra forte presença operacional da ROTAM nas ocorrências com resultado imediato. Já os dados de armas e veículos mostram atuação tática associada à redução de meios utilizados por grupos criminosos. A apreensão de 1.633 kg de drogas também aponta impacto relevante sobre cadeias de distribuição, pois esse tipo de resultado não depende apenas da abordagem final, mas de seleção de alvos, leitura de território e integração entre patrulhamento e inteligência.

Essa interpretação dialoga com Telles (2021), para quem a polícia preditiva busca identificar padrões relacionados à dinâmica delitiva e apoiar ações preventivas e repressivas. O gráfico de 2024, mesmo sem demonstrar isoladamente a causa dos resultados, indica uma lógica operacional compatível com o policiamento orientado por dados. Perry *et al.* (2013) também sustentam que a previsão criminal amplia a capacidade de alocação racional de recursos. Nesse sentido, a produtividade de 2024 pode ser compreendida como uma base histórica relevante para

orientar decisões táticas, comparar desempenho futuro e identificar áreas com maior retorno operacional.

Gráfico 1: Produtividade ROTAM 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SSP-GO (2026).

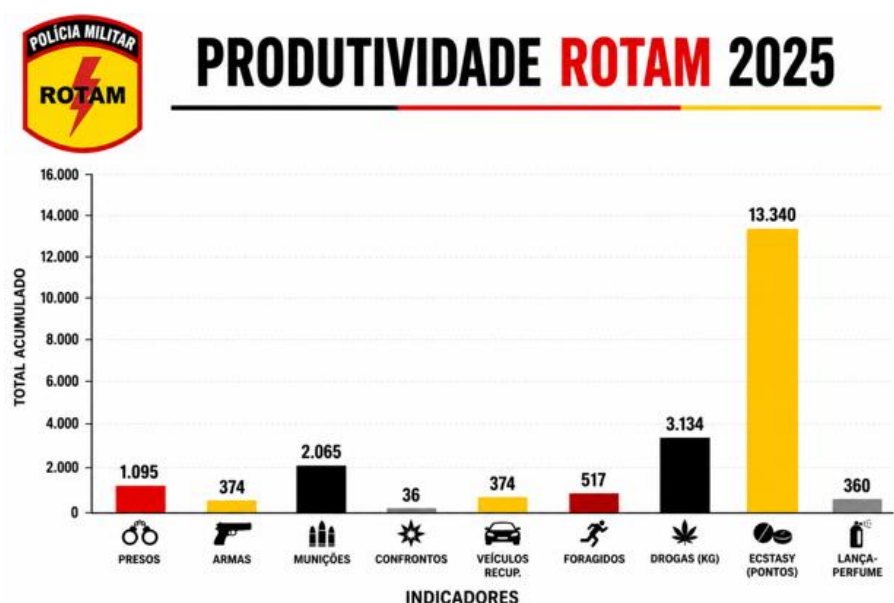
O gráfico de 2025 amplia o conjunto de indicadores e apresenta presos, armas, munições, confrontos, veículos recuperados, foragidos, drogas em quilogramas, ecstasy em pontos e lança-perfume. Os dados mostram 1.095 presos, 374 armas, 2.065 munições, 36 confrontos, 374 veículos recuperados, 517 foragidos, 3.134 kg de drogas, 13.340 pontos de ecstasy e 360 registros de lança-perfume.

O destaque principal aparece nas drogas e no ecstasy, que crescem de forma significativa em relação ao ano anterior. O volume de drogas quase dobra, enquanto o ecstasy apresenta expansão muito superior, o que demonstra maior capacidade de identificação, interceptação e repressão a fluxos ilícitos específicos.

A entrada de munições, confrontos e lança-perfume no painel de 2025 também melhora a visão gerencial da atividade policial. A produtividade deixa de se limitar a indicadores clássicos e passa a registrar elementos que qualificam a natureza das ocorrências. Munições apreendidas, por exemplo, revelam potencial ofensivo retirado de circulação. Confrontos indicam ocorrências de maior risco. Lança-perfume adiciona uma camada de leitura sobre diversificação de drogas ou substâncias apreendidas. Assim, o gráfico de 2025 não apenas mede quantidade; ele organiza a compreensão da complexidade operacional enfrentada pela unidade.

A análise tem relação direta com Mohler *et al.* (2015), que demonstram o potencial de modelos baseados em dados para direcionar ações policiais com maior precisão. Também se conecta a Gül e Kule (2017), ao tratarem do *Intelligence-Led Policing* como modelo de gestão no qual a análise criminal ocupa papel central na decisão operacional. No caso da ROTAM, os dados de 2025 sugerem que o uso mais estruturado de informações pode fortalecer a seleção de alvos, a priorização de patrulhamento e a identificação de vínculos entre pessoas, veículos, locais e ocorrências. A plataforma Paladium, nesse contexto, atua como suporte tecnológico para transformar dados dispersos em informação operacional útil.

Gráfico 2: Produtividade ROTAM 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SSP-GO (2026).

O gráfico 3 faz um comparativo dos dados estatísticos de 2024 e 2025 e mostra movimentos distintos entre os indicadores comuns aos dois anos. Presos caem de 1.196 em 2024 para 1.095 em 2025, redução de 101 registros. Armas apreendidas passam de 392 para 374, queda de 18 registros. Em sentido oposto, veículos recuperados sobem de 319 para 374, aumento de 55 casos. Foragidos recapturados crescem de 328 para 517, acréscimo de 189 registros. Drogas aumentam de 1.633 kg para 3.134 kg, alta de 1.501 kg. Ecstasy salta de 3.624 para 13.340 pontos, acréscimo de 9.716.

A comparação entre os indicadores de 2024 e 2025 demonstra que a produtividade da ROTAM não cresceu de modo uniforme em todos os campos de atuação. Enquanto indicadores

como prisões e apreensões de armas registraram leve redução — de 1.196 para 1.095 presos e de 392 para 374 armas apreendidas —, outros apresentaram crescimento expressivo, especialmente aqueles cuja obtenção depende diretamente da capacidade de processar informações, identificar vínculos e antecipar padrões criminais.

Esse comportamento assimétrico não é aleatório. Indicadores como a captura de foragidos, a apreensão de drogas e a recuperação de veículos exigem, em geral, mais do que presença ostensiva: dependem da identificação prévia de alvos, do cruzamento de dados entre ocorrências, veículos e pessoas, e do direcionamento tático das equipes para locais e momentos com maior probabilidade de resultado. São, portanto, indicadores sensíveis ao uso de inteligência policial estruturada.

É precisamente nesses campos que os números de 2025 se destacam. Os foragidos recapturados saltaram de 328 para 517 — acréscimo de 57,6%. A apreensão de drogas quase dobrou, passando de 1.633 kg para 3.134 kg. O ecstasy registrou expansão ainda mais acentuada, de 3.624 para 13.340 pontos, crescimento de aproximadamente 268%. A recuperação de veículos também avançou, de 319 para 374 unidades.

Esses resultados sugerem que o período analisado foi marcado por uma mudança qualitativa na atuação operacional da unidade: menos dispersão de esforços e maior concentração em alvos selecionados com base em análise de dados. A plataforma Paladium, ao permitir o cruzamento automatizado de informações e a geração de alertas estratégicos, atua como instrumento que potencializa exatamente esse tipo de resultado — aquele que não decorre apenas do patrulhamento convencional, mas da capacidade institucional de transformar dados em decisões operacionais mais precisas.

Essa mudança qualitativa reforça a leitura de Pearsall (2010), que define o policiamento preditivo como o uso de diferentes fontes de dados para antecipar, prevenir e responder de forma mais eficaz aos crimes. Também confirma a perspectiva de Ratcliffe (2008) e Gül e Kule (2017), pois a inteligência policial deve orientar prioridades, reduzir dispersão de esforços e apoiar decisões com evidências.

Ao mesmo tempo, os alertas de Brayne (2017), Alves (2023) e Perussi *et al.* (2024) exigem cautela: sistemas de dados podem ampliar capacidade operacional, mas devem preservar supervisão humana, legalidade, transparência, proporcionalidade e respeito a direitos

fundamentais. Portanto, o ganho operacional precisa caminhar com governança tecnológica e controle institucional.

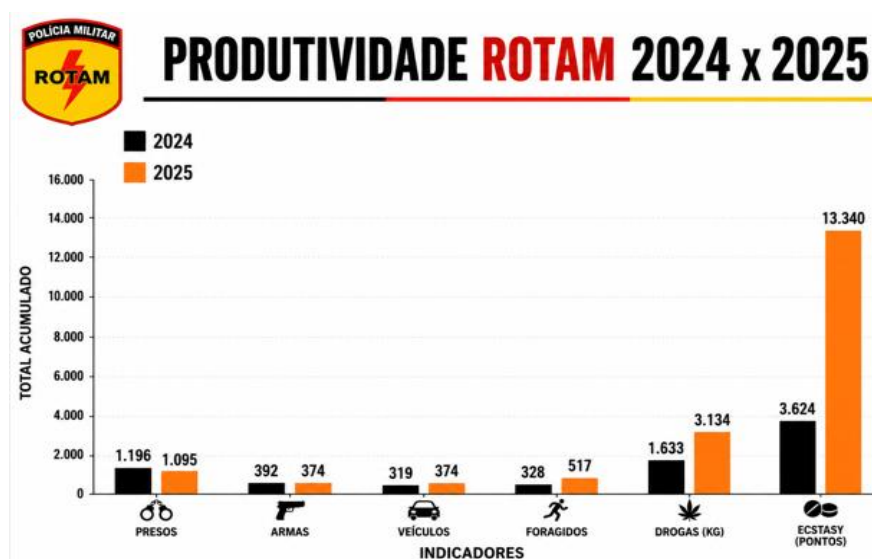
A plataforma Paladium deve ser compreendida como ferramenta em construção. Mesmo nessa fase, ela já apresenta resultados relevantes para a ROTAM, especialmente ao apoiar a resolução de diversas ocorrências por meio do cruzamento de dados, da análise de vínculos, da identificação de padrões e da produção de alertas estratégicos. Contudo, seus efeitos não se limitam, nem se confundem, com produtividade estatística.

A plataforma ajuda a qualificar decisões, acelerar diligências, organizar informações e ampliar a segurança na atuação das equipes. Assim, parte de sua contribuição pode aparecer nos gráficos, mas outra parte se revela em ocorrências solucionadas, riscos evitados, rotas identificadas, suspeitos vinculados a fatos anteriores e respostas mais rápidas ao cidadão.

Em síntese, os gráficos indicam que 2024 representa uma base operacional sólida, 2025 demonstra expansão expressiva em indicadores ligados à inteligência e o comparativo confirma uma mudança de perfil da produtividade. A correlação com os autores do artigo permite concluir que tecnologia, IA e policiamento orientado por dados tendem a elevar a capacidade de resposta da unidade, desde que a instituição mantenha doutrina, supervisão humana e parâmetros éticos.

A ROTAM, ao utilizar o Paladium como ferramenta de apoio e não como substituto da decisão policial, aproxima a prática operacional dos modelos contemporâneos de segurança pública baseados em inteligência, evidências e gestão estratégica.

Gráfico 3: Produtividade ROTAM 2024/2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SSP-GO (2026).

O Gráfico 4 apresenta os resultados da pesquisa de percepção aplicada aos policiais militares do BPMROTAM acerca da utilização da plataforma Paladium nas atividades operacionais da unidade. A pesquisa foi realizada entre os dias 15 e 30 de maio de 2026, por meio de formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Forms, com participação de 176 policiais militares. O objetivo consistiu em avaliar o nível de aceitação da ferramenta pelos usuários diretamente envolvidos nas atividades de inteligência policial, análise criminal e direcionamento tático das equipes operacionais.

Gráfico 4: Aprovação da plataforma Paladium pelo efetivo da ROTAM



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os resultados da pesquisa aplicada aos policiais militares do BPMROTAM demonstraram elevado índice de aceitação da plataforma Paladium no contexto operacional da unidade. Entre os 176 policiais participantes, 94% aprovaram a utilização da ferramenta como instrumento de apoio às atividades de inteligência policial, análise criminal e direcionamento tático das equipes. O resultado evidencia a percepção positiva dos usuários quanto à eficiência da plataforma no cruzamento automatizado de dados, na produção de conhecimento estratégico e no suporte à tomada de decisão operacional. Além disso, os dados indicam que a integração de soluções baseadas em Inteligência Artificial tende a fortalecer a capacidade institucional de antecipação

criminal e otimização das ações policiais, contribuindo para maior eficiência operacional do BPMROTAM.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo permitiram compreender que a aplicação da Inteligência Artificial na segurança pública deixou de representar apenas uma tendência tecnológica e passou a constituir importante instrumento de apoio à atividade policial contemporânea.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que o uso de sistemas orientados por dados, especialmente no contexto do policiamento ostensivo especializado, amplia a capacidade de análise criminal, fortalece a produção de inteligência policial e contribui para decisões operacionais mais precisas e estratégicas. A investigação também demonstrou que a integração entre tecnologia, análise preditiva e gestão operacional pode gerar reflexos relevantes na eficiência institucional, sobretudo em unidades que atuam diretamente no enfrentamento à criminalidade violenta, como a ROTAM.

Os objetivos inicialmente propostos foram alcançados na medida em que a pesquisa conseguiu analisar de que forma a plataforma Paladium auxilia a atividade operacional da ROTAM e contribui para o aumento da eficiência policial. A análise dos gráficos de produtividade de 2024 e 2025 evidenciou crescimento significativo em indicadores relacionados à apreensão de drogas, captura de foragidos, recuperação de veículos e identificação de vínculos criminosos, demonstrando que o emprego estruturado da Inteligência Artificial pode potencializar a capacidade de resposta operacional da unidade.

O comparativo entre os dois anos também permitiu observar mudança qualitativa na atuação policial, especialmente nos indicadores mais dependentes de inteligência e cruzamento de dados, o que reforça a hipótese central do estudo sobre os impactos positivos da tecnologia aplicada ao policiamento especializado.

A correlação entre os resultados obtidos e os autores analisados ao longo do trabalho confirmou diversos fundamentos presentes na literatura sobre policiamento orientado por dados e inteligência policial. As conclusões dialogam diretamente com Perry *et al.* (2013), Pearsall (2010) e Mohler *et al.* (2015), ao demonstrarem que sistemas baseados em análise preditiva possuem

potencial para melhorar a alocação de recursos policiais, otimizar o direcionamento tático das equipes e ampliar a capacidade preventiva das instituições de segurança pública.

Da mesma forma, os conceitos de *Intelligence-Led Policing* apresentados por Ratcliffe (2008) e Gül e Kule (2017) mostraram-se compatíveis com a realidade operacional da ROTAM, pois a utilização de informações estruturadas passou a influenciar o processo decisório e a priorização das ações policiais.

Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu compreender que o avanço tecnológico exige mecanismos permanentes de controle institucional, supervisão humana e governança tecnológica. As reflexões apresentadas por Brayne (2017), Alves (2023) e Perussi *et al.* (2024) revelaram-se relevantes ao alertarem que sistemas de Inteligência Artificial podem produzir riscos relacionados à opacidade algorítmica, seletividade, discriminação e violação de direitos fundamentais.

Nesse sentido, os resultados do estudo demonstram que a eficiência operacional não pode ser analisada isoladamente, mas deve permanecer vinculada aos princípios da legalidade, proporcionalidade, transparência e respeito às garantias constitucionais. A pesquisa evidenciou que a tecnologia precisa atuar como ferramenta de apoio à decisão humana, jamais como substituição da atividade policial ou da responsabilidade institucional.

Também foi possível compreender que a plataforma Paladium ainda se encontra em processo de construção e aperfeiçoamento tecnológico. Mesmo nessa condição, o sistema já demonstra resultados relevantes no apoio às atividades da ROTAM, especialmente no cruzamento de dados, identificação de vínculos, produção de alertas estratégicos e apoio à resolução de ocorrências policiais.

Entretanto, sua contribuição não se limita aos índices de produtividade apresentados nos gráficos. Em diversas situações, a plataforma auxilia diligências, acelera verificações, fortalece a inteligência policial e aumenta a segurança das equipes operacionais, mesmo quando esses resultados não aparecem diretamente em estatísticas quantitativas. Assim, a efetividade do sistema deve ser analisada de forma mais ampla, considerando sua contribuição para a melhoria da gestão operacional e da capacidade institucional de resposta da unidade.

O desenvolvimento do trabalho também permitiu compreender que, embora exista sólido referencial teórico e normativo relacionado à gestão pública, inteligência policial e uso da Inteligência Artificial na segurança pública, persistem lacunas significativas entre o planejamento institucional e a aplicação prática dessas políticas.

A análise crítica dos documentos institucionais, das normas legais e da literatura demonstrou que muitos desafios enfrentados pelas instituições públicas não decorrem da ausência de regulamentação, mas das dificuldades relacionadas à implementação, integração tecnológica, capacitação profissional e monitoramento contínuo das políticas públicas. Em outras palavras, o problema não reside apenas na formulação das diretrizes, mas na capacidade institucional de transformar planejamento estratégico em execução operacional eficiente e controlada.

Por fim, conclui-se que a utilização responsável da Inteligência Artificial tende a ocupar posição cada vez mais relevante nas políticas contemporâneas de segurança pública. O estudo demonstra que ferramentas tecnológicas como a plataforma Paladium possuem potencial para fortalecer a inteligência policial, otimizar recursos operacionais e ampliar a capacidade preventiva e repressiva das forças de segurança.

Contudo, o avanço dessas tecnologias exige constante aprimoramento institucional, desenvolvimento de mecanismos de auditoria, transparência algorítmica e formação técnica dos profissionais envolvidos. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar estudos relacionados à avaliação de efetividade dos sistemas de Inteligência Artificial na segurança pública, aos impactos jurídicos e éticos do policiamento preditivo e à criação de modelos de governança tecnológica aplicáveis às instituições policiais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Catarina Abegão. **O policiamento preditivo: desafios processuais e substantivos.** *Anatomia do Crime*, n. 17, p. 107-133, jan./jun. 2023.

BAHIA (Estado). Secretaria da Segurança Pública. **Reconhecimento facial auxilia captura de foragidos na Bahia.** Salvador: SSP-BA, 2024. Disponível em: <https://www.ssp.ba.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2026.

BARBOSA, Patrick Barros. **Gestão estratégica de narrativas como transferência do conhecimento: o caso do Comando de Operações de Divisas, COD/PMGO.** 2022. Dissertação (Mestrado em Governança, Tecnologia e Inovação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022.** Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 961, de 2025**. Estabelece diretrizes para utilização de soluções tecnológicas nas atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública. Brasília, DF: MJSP, 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 961, de 2025**.

BRAYNE, Sarah. Big data surveillance: the case of policing. *American Sociological Review*, v. 82, n. 5, p. 977-1008, 2017.

CAMACHO-COLLADOS, Manuel; LIBERATORE, Federico; ANGULO, José M. A Decision Support System for predictive police patrolling. *Decision Support Systems*, 2015.

FERGUSON, Andrew Guthrie. **The rise of big data policing: surveillance, race, and the future of law enforcement**. New York: New York University Press, 2017.

GOIÁS (Estado). **Lei Complementar nº 205, de 2025**.

GOIÁS. Lei Complementar nº 205, de [data], de 2025. Institui a Política Estadual de Estímulo ao Desenvolvimento da Inovação em Inteligência Artificial no Estado de Goiás. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, 2025.

GOIÁS (Estado). Polícia Civil. **Portaria nº 282, de 2025**.

GOIÁS. Lei Complementar nº 205, de 2025. **Institui a Política Estadual de Fomento à Inovação em Inteligência Artificial no Estado de Goiás**. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2025.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. Observatório da Polícia Militar. **Produtividade do BPMRotam: agosto a dezembro de 2025**. Goiânia: PMGO, 2025.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. Observatório da Polícia Militar. **Produtividade de ROTAM: 16/08/2023 a 30/06/2025**. Goiânia: PMGO, 2025.

GOIÁS (Estado). Polícia Civil do Estado de Goiás. **Ferramentas tecnológicas e inteligência policial**. Goiânia: PCGO, 2025. Disponível em: <https://www.policiacivil.go.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2026.

GOIÁS (Estado). Polícia Militar do Estado de Goiás. Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas. **Doutrina e Regimento Interno do BPMROTAM**. Goiânia: PMGO, [s.d.]. Documento institucional.

GOIÁS (Estado). Polícia Militar do Estado de Goiás. Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas. Agência Local de Inteligência ROTAM 20. **Relatório Técnico nº 02/ROTAM20/BPMROTAM/PMGO**. Goiânia: PMGO, 2026. Documento reservado.

GÜL, Zakir; KULE, Ahmet. Intelligence-led policing: how the use of crime intelligence analysis translates in to the decision-making. *International Journal of Security and Terrorism*, v. 4, n. 1, p. 21-39, 2013.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Guia para uso transparente, responsável e seguro da inteligência artificial na segurança pública**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOHLER, George O. et al. Randomized controlled field trials of predictive policing. *Journal of the American Statistical Association*, v. 110, n. 512, p. 1399-1411, 2015.

OSCE. **OSCE Guidebook on Intelligence-Led Policing**. Viena: Organization for Security and Co-operation in Europe, 2017.

PEARSALL, Beth. **Predictive policing: the future of law enforcement?** Washington, DC: National Institute of Justice, 2010.

PERRY, Walter L. et al. **Predictive policing: the role of crime forecasting in law enforcement operations**. Santa Monica: RAND Corporation, 2013.

PERUSSI, Jordana M. et al. Inteligência artificial e segurança pública: desafios e perspectivas no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 2, p. 94-115, 2021.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO). **Portaria nº 18.471/2024**. Goiânia: PMGO, 2024.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC). **Análise criminal e policiamento orientado por dados**. Florianópolis: PMSC, 2023. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2026.

RATCLIFFE, Jerry H. **Intelligence-led policing**. Cullompton: Willan Publishing, 2008.

SANDHU, Ajay. The social implications of predictive policing. *Surveillance & Society*, v. 15, n. 2, p. 282-289, 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. **Sistema Detecta amplia monitoramento inteligente no estado de São Paulo**. São Paulo: SSP-SP, 2020. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2026.

TELLES, Primonata Silva Brilhante. Inteligência artificial e polícia preditiva: limites e possibilidades. *Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União*, Brasília, n. 57, p. 247-263, jul./dez. 2021.

UNESCO. **Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence**. Paris: UNESCO, 2021.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council**. Brussels: European Union, 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE. **Artificial Intelligence and Criminal Justice: Final Report**. Washington, DC, 2024.

WILSON, Dean. Predictive policing and the future of law enforcement. *Policing and Society*, v. 29, n. 5, p. 1-15, 2019.